

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

14.03.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE****14.03.2017**

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - São 14 e 17, encerrou o primeiro tempo para começar a CPI. Nós faremos uma nova chamada às 14 e 30. Muito obrigado a todos. Constando a presença dos deputados Coronel Camilo, Ed Thomas e Coronel Telhada. E também a presença da Sra. Maria Nazaré Cupertino, e do Sr. Wenderson Gasparotto. Nova chamada às 14 e 30. Muito obrigado.

* * *

- Aguardo da segunda chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça, Defesa e Cidadania, incluindo todos os seus membros. Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Ed Thomas, Vitor Sapienza, Coronel Camilo, Roberto Tripoli e a deputada Beth Sahnão.

Solicito à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ED THOMAS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PPS - Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior, porque é de conhecimento de todos os deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Se todos os deputados estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa). Está dispensada a leitura da Ata da sessão anterior, e aprovada.

Essa reunião foi convocada com a finalidade de proceder à oitiva da Sra. Maria Nazaré Cupertino, presidente do Condepe, e o Sr. Wanderson Gasparotto, vice-presidente do Condepe. Solicito a presença da Sra. Maria Nazaré Cupertino, e do Sr. Wanderson também. Por gentileza, sejam bem-vindos. Semana passada tivemos a presença do Sr. Rildo e do ex vice-presidente, que já nos elucidaram numa série de dúvidas que tínhamos, ou perguntas que queríamos fazer. Farei algumas perguntas, e queria que antes a Sra. Maria Nazaré rapidamente se apresentasse, por gentileza.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Boa tarde a todas e a todos os presentes. Boa tarde Coronel Telhada e demais deputados aqui presentes na CPI. Primeiro, antes de qualquer coisa, quero agradecer por esse processo. Acho que ele é muito importante para a sociedade civil como um todo, para esclarecermos tudo que aconteceu no interior do Condepe. Então já foi feita uma investigação policial e do Ministério Público, mas é importante também que a Assembleia cumpra seu papel, e também faça uma leitura e investigação dos fatos que ali aconteceram. Então já começamos com esse sentimento de gratidão a essa CPI, no sentido de esclarecimentos que se fizerem necessários.

Temos acompanhado um pouco o trabalho da CPI, e ouvido com insistência, dos deputados e deputadas aqui presentes, de que a ideia é fortalecer esse órgão, que precisa ser fortalecido para continuidade da defesa dos direitos humanos no estado de São Paulo. Meu nome é Maria Nazaré Cupertino, e sou assistente social de formação. Fiz especialização em violência doméstica contra criança e adolescente na USP. Há muitos anos que participo de movimentos sociais, de luta e de defesa. Participei de outros conselhos além do Condepe, fui conselheira tutelar logo no início, quando se criou o Estatuto, e se pensou num conselho de tutela de direitos das crianças e adolescentes. Fui conselheira tutelar nessa época, numa cidade do interior.

Compus os conselhos municipais de Lorena e Cotia, no interior de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu servi lá.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Então, em Lorena também trabalhei com adolescentes em conflito com a lei. Num programa comunitário e construído pelo Conseg de Lorena, pelo Conselho Tutelar e municipal. Foi um projeto muito interessante, Coronel Telhada. Envolveu vários atores de defesa de direitos, na construção de uma proposta de proteção para os adolescentes da cidade de Lorena. Então participei disso. Vim para São Paulo, tomei minha vida aqui em 2005, e trabalhei nessa Casa, na Comissão de Direitos Humanos, com o deputado Ítalo Cardoso, que na época presidia a Comissão.

Trabalhei também na Câmara Municipal, também na Comissão de Direitos Humanos. E depois voltei a trabalhar com a sociedade civil, trabalhando no CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. Atualmente estou na Associação Rede Rua, que trabalha com população em situação de rua. Gerencio um projeto, um núcleo de convivência para pessoas em situação de rua. Oferecemos um espaço de convivência, organizamos essa população na busca de seus direitos, no repensar a sua própria história. E oferecemos também alimentação, café da manhã, almoço e jantar.

Então a minha trajetória vem de longa data. Já passei por vários outros conselhos municipais, e no Condepe estou na segunda gestão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. A senhora está no Condepe desde?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - 2014.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora teve outras funções no Condepe, além da atual presidência?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu era relatora da Comissão de População em Situação de Rua, criada na gestão de 2014.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. A senhora falou que já fez parte de entidades sociais. Uma pergunta que fizemos para o antigo presidente e retorno para a senhora, quando a pessoa é designada para o Condepe, existe

alguma situação de averiguação da vida pregressa da pessoa? É feito um levantamento de quem é essa pessoa, se ela tem algum envolvimento, problemas com a justiça?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - A pessoa é indicada para o Condepe por uma entidade de defesa de direitos humanos. E a entidade faz esse processo internamente. Nós do Condepe não fazemos essa investigação, porque nossa relação com as entidades, com o colégio de entidades de defesa de direitos é de confiança. Então nós entendemos que se a entidade existe há mais de cinco anos, e tem em seu estatuto o compromisso com a defesa de direitos humanos, e comprova atuação, entendemos que a entidade ao indicar aquela pessoa, teria feito o processo de averiguação do indicado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora conheceu o Luiz Carlos dos Santos?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Conheci ele no Condepe.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Além dele, a senhora conhecia alguma das demais pessoas envolvidas na Operação Ethos?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora teria alguma coisa contra o Condepe, ou qualquer órgão que tenha ligação direta com serviço público, fazer um levantamento de quem for designado para qualquer missão ou função? Que faça um levantamento da vida pregressa, que a pessoa apresente... Falaram aqui em atestado de antecedentes. Não seria isso, mas um levantamento de quem é essa pessoa, só ver se tem alguma coisa contra. Não só o Condepe, mas qualquer órgão social e público, que ele tivesse esse tipo de averiguação na vida das pessoas que forem designadas para as missões?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Tendo em vista todo o processo que aconteceu no Condepe, no novo edital de convocação das eleições do Condepe, acrescentamos esse item, pedindo certidões e antecedentes criminais.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito bom.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Entre todas as documentações, uma delas é essa que estava para esse edital de 2016.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Interessante. Dona Maria Nazaré, foi a senhora que indicou o Sr. Luiz Carlos dos Santos para vice-presidente do Condepe?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Na verdade, o que aconteceu é que o ex-conselheiro Luiz Carlos acabou sendo indicado como vice por um acidente. Nós tínhamos dois candidatos, e um renunciou no momento do processo eleitoral. E aí ele ficou candidato.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Ele era candidato?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Ele era candidato. Tinha outro candidato que no momento das discussões e apresentações para se chegar ao processo eleitoral do vice-presidente, se retirou da candidatura. Por isso foi um nome único, o do Luiz Carlos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E a senhora sabe o nome desse outro candidato?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Ariel de Castro.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito, ele tirou a candidatura. Eu ia perguntar se a senhora sabe, alguém indicou o Luiz Carlos dos Santos diretamente? Ou só com a retirada do Ariel ele acabou sendo o candidato nato, porque eram dois voluntários para a missão?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eram dois voluntários. Ele se colocou como vice-presidente, apresentou as motivações, o Ariel também se colocou.

No momento da discussão e apresentações, o Ariel retirou sua candidatura, ficando o Luiz Carlos como candidato único.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Estou satisfeito, Srs. Deputados. Porque quando ouvimos o Rildo, ele foi bem claro em suas posições, e deu um esclarecimento muito grande de como funciona o Condepe. Com a dona Maria Nazaré estou satisfeito, porque queria saber se havia sido ela ou outra pessoa que indicou o Sr. Luiz Carlos dos Santos. Mas ela me esclareceu também que haviam dois voluntários para serem vice-presidente, o Sr. Luiz Carlos dos Santos e o Sr. Ariel de Castro, que retirou sua candidatura e automaticamente o Luiz Carlos foi levado à vice-presidência do Condepe.

Era essa pergunta que eu tinha. No meu caso estou satisfeito. Srs. Deputados?

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputado Vitor Sapienza, por gentileza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Boa tarde. Gostei do resumo que você deu. Na época que você estava com o Ítalo, eu já estava na Casa. Eu lembro bem de você, sempre atuante. Qual era a função do Luiz Carlos? Porque normalmente numa comissão, cada membro tem uma incumbência. Qual era a dele?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - O Luiz Carlos tinha a incumbência, era relator da comissão de violência policial. Como relator, ele acompanhava as denúncias que chegavam. E ele tinha as mesmas incumbências que todos os outros conselheiros, de averiguar violação de direitos humanos, de apurar as denúncias que chegam no Condepe, acompanhar a comissão de violência policial. E acompanhava também a comissão do sistema prisional. Participava das reuniões mensais do Condepe, refletindo e votando nas deliberações do Condepe. Então ele tinha uma função como outro conselheiro qualquer.

Enquanto vice-presidente, ele assumia a presidência no caso da minha ausência, para coordenar reuniões ou responder pelo Condepe. Mas no período que ele ficou como vice-presidente, ele não teve essa atribuição, porque não me afastei no Condepe

nesse período. Então ele fica no apoio à presidência, mas era eu que assumia a coordenação.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - No dia a dia começamos a analisar a performance da pessoa, e tirar conclusões a respeito do que ela poderia estar escondendo, ou do que era na realidade. Transpirou alguma vez esse posicionamento estranho dele?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não, nós não desconfiávamos disso, porque ele tinha as atribuições e correspondia. Então não tínhamos conhecimento da investigação, e nem desconfiava da relação dele com qualquer ato ilícito. Dentro do âmbito do Condepe, nunca percebemos isso.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Estou satisfeito, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Vitor Sapienza. Antes de passar às palavras, quero fazer ciência da presença do Dimitri, do Condepe, que está sempre conosco. Obrigado mais uma vez. Também foi anunciada a presença do coronel Ernesto, da Defenda, uma associação de policiais militares. Se tiver mais alguém para ser anunciado, por favor me tragam.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Trabalha na defesa dos nossos policiais.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Dr. Charles também, nome do príncipe, que trabalha na defesa dos policiais militares. Se tiverem mais alguém para ser anunciado me tragam o nome que anuncio com maior prazer. Antes de passar a palavra para o Coronel Camilo, o Dimitri me entregou, e acho que os senhores receberam, uma cópia do Diário Oficial da data de hoje. Muito bom Dimitri, está ligeiro. Publicou sobre o Condepe, edital 01/2018, que diz em um de seus itens...

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sete e oito.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Currículo contendo histórico, para a pessoa ser do Condepe. Histórico de atuação em defesa dos direitos. A

letra é muito pequena, eu já sou velho, mas vamos lá. E o oito é justamente o que estamos falando aqui, certidões de distribuição cível, criminal e de execução criminal nos âmbitos estadual e federal. Obrigado Dimitri. Parabéns Maria. Sr. Deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Vamos lá. Boa tarde Sr. Presidente, nossos professores Vitor Sapienza, Roberto Tripoli e Ed Thomas, que estava por aqui até agora, e a Beth. Maria, nós sempre trabalhamos na Polícia Militar, e isso falo com veemência aqui muitas vezes. E repito, um dos princípios da nossa instituição é respeito aos direitos humanos. E fui um defensor, um batalhador muito forte disso. Convidei e recebi o Condepe várias vezes, quando convidei e vocês foram, e quando me procuraram. Recebi como comandante geral.

Antes de começar minha questão, quero parabenizar nosso presidente Coronel Telhada, e nossa CPI. O que foi publicado aqui hoje é resultado de uma das coisas que estávamos sugerindo no relatório, porque sou relator da CPI, que era a modificação de uma análise dos membros do Condepe. Já falei isso para o Rildo, e repito a você Maria, eu reputo o Condepe como um dos principais órgãos de defesa dos direitos da pessoa mesmo, está alinhado com os princípios da Polícia Militar de São Paulo. É respeitar os direitos individuais, punir aqueles que não os cumpram, e assim por diante.

Agora o que somos contra é exatamente ao que aconteceu com o Luiz Carlos. Ou seja, alguém sob os mantos dos direitos humanos defendendo e praticando crime. É isso que nós somos contra. E a minha pergunta vai nessa linha, já vi o Rildo falando, e ele foi muito bem, falou a respeito do Condepe, o Dr. Marcos da Costa inclusive citou que precisamos fazer uma reflexão, e acho que vocês já começaram a fazer, de quem entra e quem não entra, como chega. Como que o Condepe conseguiu ter um vice-presidente, que não é pouca coisa dentro da estrutura do conselho, que fizesse tanta coisa errada de baixo dos olhos de todos ali. Eu sei que não é fácil de ver e acompanhar, e não culpo nenhum dos presidentes ou os diretores, porque uma boa parte até os conheço.

Estou tentando, e a CPI tem esse objetivo de ser propositiva, evitar que isso aconteça de novo. Como isso aconteceu? Volto a falar, não culpo você e nem ninguém, mas precisamos pensar, nós todos, sociedade, órgãos públicos, os cidadãos, e fazer uma forma com que esse conselho seja mais blindado para esse tipo de problema. E minha questão vai nessa linha, além dessa parte de você pedir oficialmente as questões, antecedentes criminais. E outra sugestão que você como presidente nos pode trazer aqui

de modificações, que a Assembleia Legislativa pudesse ajudar o Condepe a melhorar, e evitar que problemas desse tipo acontecessem no futuro. O que pode ser feito pela Assembleia, que ajude o Condepe?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu acho que parte do que nós entendemos que precisaria fazer, nós o fizemos no edital. Além da mudança no edital, no momento em que o Luiz foi preso, confessou o envolvimento dele, tomamos algumas decisões internas no Condepe. A primeira delas, imediatamente, foi a extinção dele do hall de membros do Condepe. Logo que ele foi preso, independente da confissão dele, já tínhamos feito essa deliberação. No princípio era um afastamento temporário, porque tínhamos recebido a notícia naquele momento. Mas no pleno a opção foi pela extinção dele como membro do Condepe, e consequentemente da entidade que ele representava ali no Condepe.

Uma segunda questão colocada é que instituímos uma comissão interna para avaliar todo o processo de atendimento dos casos em que o Luiz atuou, então pegamos processo por processo. E eram muitos processos, se contarmos que ele começou a ser investigado em 2014. Estourou em 2015 na nossa gestão, mas o processo já vinha numa investigação sigilosa há algum tempo. Então pegar os processos de 2014, olhar um a um, ver se tinha alguma inconsistência, se não tinha, fizemos essa...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pente fino.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Comissão também, nesse sentido de averiguar. E depois, justamente para responder um pouco essas demandas, criamos uma outra comissão, que é a do regimento interno do Condepe. Nós temos um entendimento que a lei do Condepe é boa e tranquila. E o que aconteceu tem muito mais a ver também com um processo interno que entendemos que pelo regimento, pelo novo edital nós resolvemos isso. Eu acho que a Assembleia se debruçar sobre a lei e propor mudanças que mantenham a autonomia do Condepe, é essencial para um conselho que faz controle social de políticas públicas.

Manter a autonomia é uma coisa que no estudo, na averiguação que os deputados irão fazer da lei ou do próprio Condepe, pedimos que se garanta isso. Somos ligados administrativamente à Secretaria da Justiça. É só uma relação administrativa para o suporte do Condepe. Então não abrimos mão da autonomia desse órgão, de como ele

está configurado agora, como um órgão autônomo que tem a representação do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, do Tribunal de Justiça. Isso é muito importante para dar suporte às ações do Condepe. Então faria apenas essa ressalva, que nesse estudo não se retire essa autonomia do conselho, porque acho que isso é importante para as instituições.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Bom Maria, uma coisa eu posso deixar bem claro para você e todos do Condepe. Até como relator aqui, vou propor ao presidente, não existe nenhuma possibilidade de interferirmos na autonomia e independência do Condepe. Pelo contrário, queremos ajudar o Condepe a melhorar. Julgo ser de extrema importância o Condepe. E na minha opinião, tanto o Condepe, quanto a Ouvidoria, deveriam ter orçamento para fazer algumas demandas que não têm. Estou falando, mas aí não é da Comissão, mas uma opinião pessoal minha como profissional de segurança. Os dois poderiam ter uma liberdade maior nisso. Então não está em questão nem a independência, e nem a autonomia.

Tem uma questão do ouvidor na montagem da lista tríplice, que é um outro problema que discuto fora daqui. Não é do Condepe, mas é uma atribuição a mais que o Condepe poderia não ser monopolista disso. Mas isso é outra questão. Agora sim, dentro dessa linha, e isso vai na sugestão do que vamos fazer, pensando no que aconteceu. E sabemos que todas as instituições fortes, têm um órgão interno de depuração. Não está na hora do Condepe pensar? Não é interferência externa, mas vocês mesmos dentro do próprio conselho, baseado no regimento, ter dentro do Condepe uma estrutura de auditoria, ou um conselho que olhe para dentro. Ou seja, olhar os membros do Condepe.

Não adianta ter um membro da OAB, da Assembleia Legislativa, um desembargador, ou seja, Judiciário, Legislativo, Ministério Público, e o cara fez esse estrago no conselho. Então o conselho tem que ter um órgão, não precisa ser juiz ou promotor, mas para olhar para dentro do Condepe, tal a importância do Condepe para a nossa sociedade. E até para que se mantenha no tempo e seja confiável. Porque hoje, estou sendo bem honesto, quando se fala em Condepe para a Polícia Militar, e não foram minhas palavras, mas do secretário de Administração Penitenciária, nesse lugar que você está, falam que não é um órgão confiável. Ou seja, que ele tem divergências com o Condepe hoje, por tudo que aconteceu.

Tanto é que toda essa investigação em cima do Luiz Carlos começou de um salve dentro do sistema penitenciário. Não está na hora de se pensar num órgão, ou já que estão mexendo no regimento, e mais uma vez parabenizo a CPI, porque isso é resultado da discussão que está sendo feita aqui, não vejo por que o Condepe mudar isso aí. Então parabéns. Não está na hora de pensar, seja auditoria, um conselho interno, uma comissão de assuntos internos, o nome que queira dar. Um órgão, como reputo, de extrema importância. Fui comandante da polícia e tinha Corregedoria da Polícia Militar, e aliás, grande parceria do Condepe e da ouvidoria. Não está na hora do Condepe olhar para dentro?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Acabamos fazendo uma ação dessas muito em função do que aconteceu. Temos hoje a comissão de auditoria que tem avaliado o procedimento do ex-conselheiro Luiz Carlos, que tem trazido um resultado bom para o próprio Condepe, de se voltar para essa situação que aconteceu. Eu acho que essa é uma questão a ser discutida dentro do Condepe, sem nenhum problema. Mas eu ressaltaria ainda, como proposta para a Assembleia discutir dentro do Condepe, que é preciso fortalecer a estrutura do Condepe.

Isso que o senhor falou é muito importante. O Condepe não tem nenhum orçamento. Ele se utiliza da estrutura da Secretaria, que nem sempre é o suficiente para manter o Condepe. Temos uma secretária executiva e uma servidora, para tratar do estado inteiro, de violação de todos os municípios de São Paulo. Então precisamos pensar numa estrutura que dê condições e suporte para os conselheiros. Acho que já foi falado aqui também, nenhum de nós recebe remuneração para atuar no Condepe. Nós temos outras atividades de subsistência e sobrevivência nossa, e atuamos também no Condepe. Acho que se no projeto de lei determinamos, ou nas sugestões que vêm aí, sugerimos uma infraestrutura para o Condepe, acho que também fortalecemos esse órgão.

O senhor tocou bem nessa questão do orçamento, que estamos nesse sentido de comum acordo. Não tem um orçamento específico para o Condepe.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Então é mais uma coisa, dando até continuidade ao que estamos falando. A partir do momento que você, como Estado, dá condições ao Condepe, vamos dizer que pense melhor na estrutura, também acho que precisa uma resposta do Condepe para que ele tenha em mente que embora sejam

voluntários, e eles são bem-vindos, defendo voluntariado, nós temos um trabalho fantástico em dois hospitais da Polícia Militar de São Paulo, na Cruz Azul que cuida da parte dos familiares. É muito bacana, defendo, e até brinco em casa que se não tivesse nada para fazer na vida, ia fazer alguma coisa social e voluntária.

Mas o Condepe, pela importância que tem, e não senti isso dos demais que passaram por aqui, ele precisa, para ter esse aporte do próprio Estado, entender que cada membro do Condepe, seja ele voluntário, indicado, porque ninguém está lá obrigado pelo que sei, todos são voluntários, inclusive indicação da Assembleia aqui, que é o Carlos Bezerra, indicações da promotoria. São todos voluntários. Mas que o Condepe se revestisse, entendesse que, a partir do momento que aceitaram, e isso tem que estar escrito no regimento de vocês, eles são agentes públicos. Eles respondem, têm responsabilidade.

Então na medida em que o governo e a sociedade dá ao Condepe independência e autonomia, não posso falar assim, “mas não tem cargo”. Lógico que não tem cargo, mas é uma função pública relevante para a sociedade brasileira. E eu não senti isso dos que vieram aqui, estou sendo bem honesto, exceto pelo Dr. Rildo, que concordou conosco. Ou seja, não é porque, “ah sou voluntário”. É a mesma coisa, um desembargador faz parte e não viu, não acompanhou. O membro do MP não viu, não acompanhou. Aconteceu isso aí. Ou seja, eles têm que ser chamados, “a partir do momento que você aceitou ser membro do Condepe, você responde como agente público”.

Senão, não aceitem. Isso precisa ser claro no regimento, para não se escudar e falar “estou lá, mas sou voluntário”. É que nem síndico de prédio, tem quem não ganhe, mas você aceitou ser síndico, então tem que exercer a função. Então vai uma outra sugestão que também vai constar no meu relatório, que os membros do Condepe sejam encarados como agentes públicos, e ter responsabilidade de um. E responder por isso. Até para que, em contrapartida, o Condepe tenha condições, estrutura para se desenvolver.

E volto a falar, se fosse em termos de orçamento, é para a estrutura do Condepe. Ou seja, os membros, na minha opinião, devem sempre continuar sendo escolhidos entre militantes com mais de cinco anos de entidades defensoras dos direitos humanos, voluntários. Isso é uma sugestão para que vocês que estão mexendo no regimento, e já fizeram uma boa modificação, na minha visão, talvez a mais importante sugerida. Mas que encarem cada integrante como um agente público, e sendo assim, com responsabilidades. Tendo responsabilidades, que sejam auditados.

Alguém tem que de vez em quando ver o que está sendo feito, alguém tem que entregar relatório e acompanhar as funções do que está sendo feito, para evitarmos esses problemas durante vários anos, fazendo coisa errada junto com OAB, MP, Judiciário, Assembleia. E ninguém conseguiu perceber. Tudo bem? É uma sugestão.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela ordem, presidente.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Acho que o relatório da CPI deve inclusive reforçar isso, porque já está na lei. Acho que reforçar tanto no relatório da CPI, como o Condepe no seu processo de eleição, de posse e trabalho, reafirmar isso. Porque isso está na lei e no regimento, e é um dispositivo legal. Todos nós aqui participamos de conselhos, seja qual for, e temos isso por lei. Nós respondemos como agentes públicos. E isso está dentro da legalidade, e acho que é importante que a CPI reforce em seu relatório. E que o Condepe reforce isso em suas intervenções.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - No seu regimento, não esqueça da auditoria. Era só, presidente. Muito obrigado, Maria.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Sr. Presidente, Srs. Deputados e deputadas, convidados. As pessoas me conhecem muito na questão animal, mas fui fundador e presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara Municipal de São Paulo, e prefeito interino de São Paulo. Mas ajudei Ítalo Cardoso a criar, e em seguida ele foi presidente da comissão e deu sequência.

Militando nas entidades de proteção animal sem fins lucrativos e voluntárias, a questão do voluntário é difícil, porque quando precisa, ele não vai estar lá. Isso no nosso meio de proteção animal, quando vai fazer castração, precisa de um advogado para nos representar lá fora. Enfim, naquele dia o advogado voluntário não tem como estar presente. Então concordo plenamente com o coronel, mas acho que deveria ter uma rubrica no orçamento do Estado, para esse departamento. Para infraestrutura, refeição, transportes. Coronel Camilo, o desembargador com certeza deve ganhar muito bem, e é voluntário. Agora as outras pessoas não ganham bem e são voluntárias.

Isso começou quando criamos o Centro de Animais Silvestres no Parque Ibirapuera, e não tinha rubrica, dependia da Secretaria do Meio Ambiente. Então tinha dinheiro para os animais, não tinha dinheiro para os animais. Nós criamos uma rubrica no orçamento do município, e todo deputado pode colocar emenda, o próprio Governo do Estado. Quer dizer, é obrigado ter algum custo para colaborar com esse departamento, que é muito importante. Claro que esse departamento caiu na desgraça nesses últimos tempos, com a prisão desse sujeito. Na imprensa foi uma coisa triste de ver quem defende a ligação de um advogado, como que pode. Mas acompanho e acredito muito nos membros dessa Comissão. Só cito que acho ser possível no orçamento que vem, abrir uma rubrica para ter alguma condição de trabalho. Contando com os voluntários, mas acho que seria importante que tivesse alguma coisa.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Claro, não há dúvida.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - O defensor tem que ter uma rubrica não só no Condepe, mas para a ouvidoria da polícia. Não para os conselheiros, mas para a estrutura para eles poderem trabalhar.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Um corpo técnico.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Até porque depender da boa vontade do secretário em tirar computador, tudo, fica muito dependente. Como o coronel defende a independência, não é deputado?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem. Mais alguma coisa, deputado Roberto Tripoli?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu concluo para ouvir a deputada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Tripoli. Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Já terminou, Tripoli? Muito obrigada. Quer falar Vitor?

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Eu queria dentro do que expôs o Coronel Camilo, dizer o seguinte. O problema que o Coronel Camilo levantou é típico de todos os conselhos, não só desse. Até brincando outro dia eu disse o seguinte, que está na hora das diversas entidades copiarem um pouco o que existe na produção industrial no chamado controle de qualidade. Nós não controlamos a qualidade de nada nesse país. Não se controla nada. Por exemplo, pegamos a Secretaria da Educação. Vem qualquer projeto aqui para fazer uma reforma, nós apoiamos. Aumentar o ordenado do pessoal nós apoiamos. Mas ninguém vem aqui propor para sentirmos o tipo de aluno que estamos soltando na rede pública.

Há necessidade de controle de qualidade de todo serviço público. E isso já começa dentro da Assembleia Legislativa, quando de repente alguém quer fazer parte de uma Comissão e o cara não tem nada a ver com aquela Comissão que quer fazer parte. Então dentro desse quadro, estou de acordo com o que você está propondo. Tem que estender isso para todos os serviços, inclusive Beth, fui um pouco grosso com você atravessando, mas o negócio é o seguinte, senão eu perderia o entusiasmo sobre o que estou propondo, no seguinte sentido. Depois de uma certa experiência fui delegado tributário da Grande São Paulo, e tenho uma certa experiência em administração. O que ocorre é que ninguém controla nada nesse país.

Então de repente o Coronel Camilo faz uma proposta e estou de acordo com ele, porém todas as comissões que conheço, nenhuma delas têm isso daí que você está propondo. É uma falha grande, que deveria ser sanada numa discussão que começa desse jeito. É isso, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado. Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quero cumprimentá-lo presidente, e demais deputados dessa Comissão, a Nazaré, o Wanderson. Agradeço pela presença. A Nazaré

que até o momento trouxe informações esclarecedoras a essa CPI. Antes de eu entrar nas questões que gostaria de indagar, volto a dizer que conselhos, no meu entendimento, são órgãos de controle social, independentemente das áreas que atuam. Tem conselho da mulher, do idoso, de combate às drogas, combate ao racismo, de segurança. Tem conselhos que não acabam mais, e são instrumentos importantíssimos que começaram a ser implementados desde a abertura democrática desse país, seja pelo governo da União, do Estado e as próprias prefeituras.

Muitos conselhos estão só no papel e funcionam muito pouco. Não é o caso de conselhos que são efetivos, como é o caso do Condepe, que pelo que acompanho, tem uma atuação bastante importante na defesa dos direitos da pessoa humana. Eu concordo com a Nazaré quando ela fala que é preciso dotar os conselhos de infraestrutura, porque eles não têm. Vamos combinar, trabalhar com uma secretária executiva é difícil, para atender todo o estado de São Paulo. As demandas são enormes, sobretudo numa época de crise econômica, como a que vivemos, de aumento e recrudescimento da violência.

O Condepe é acionado com muito mais frequência. A intensidade dos seus trabalhos e demanda aumentam muito. Portanto, a estrutura que se tem é muito pequena. Agora, nós sempre temos que aprimorar os trabalhos dos conselhos? Não tenho dúvida. Democratizá-los, radicalizar nessa democracia, e sobretudo, fazer com que os conselhos sejam de fato órgãos de defesa, representatividade, controle dos segmentos que eles representam, também não tenho dúvida. Agora só temos que tomar cuidado, Coronel Camilo, para não tirar autonomia dos conselhos, seja do Condepe ou qualquer outro. Porque aí eles vão perder a razão de ser, aí não podemos mais ter conselhos. Aí vamos ter conselhos com outros conselhos que vão supervisionar o trabalho dos conselhos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Permito, claro.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Falamos a mesma língua. Não tenho dúvida nenhuma, não sou contra nenhuma modificação na autonomia e na independência, tanto é que acho que quem tem que se fiscalizar é o próprio conselho. Ou seja, ele tem que criar um mecanismo para não acontecer o que aconteceu, é isso que queremos. Mas de jeito nenhum, pelo contrário, até sugeri, como também sugeri nosso

sempre presidente Vitor Sapienza, que tem que ter até um orçamento para que isso seja feito, como também falou nosso professor Ricardo Tripoli. De maneira nenhuma, não entendam diferente. A CPI não tem essa finalidade, e também não comentamos isso não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dito isso na minha introdução, queria iniciar meus questionamentos, Nazaré. Primeiro queria saber de você quais atitudes você tomou após a prisão do Luiz Carlos, se você teria condição de elencar pelo menos algumas delas que você considera que foram importantes depois desse ato fatídico que, de certo modo, também mexe com a imagem do Condepe.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu acho que é importante lembrarmos que o Condepe existe há muitos anos, desde 92. E infelizmente esse fato aconteceu depois de tanto tempo. Esse fato foi importante, negativamente, vamos dizer, mas para o Condepe também reforçar e reafirmar o seu compromisso com os direitos humanos. Esse fato reafirmou nosso compromisso, apesar de ser tão lamentável. Tão logo o Luiz foi preso, no mesmo dia o conselho se reuniu numa plenária extraordinária, com a presença de todos os conselheiros. Ele emitiu uma nota pública para a sociedade dizendo que estava acompanhando a investigação, que lamentava. Até aquele momento não tínhamos muita informação, era a prisão do Luiz que estourou.

Nós fizemos uma reunião extraordinária, e elaboramos uma nota pública para a população, inclusive dizendo que estávamos à disposição para acompanhar as investigações e contribuir. Então na sequência nós afastamos e extinguimos o Luiz entre os membros do Condepe. Nós ficamos com uma vacância na vice-presidência. Imediatamente demos posse ao primeiro conselheiro suplente, o Wanderson. Ele assumiu imediatamente, assim que afastamos o Luiz. Na sequência, criamos uma comissão de auditoria de todos os processos que o Luiz estava atuando.

Nós fizemos visita para o Luiz, para fazer sua oitiva enquanto conselho, para entender o que ele havia feito no interior do conselho. Fui eu e o conselheiro Dimitri, que é da comissão de auditoria. Fui na condição de presidente do Condepe, para fazer sua escuta. Fizemos esse processo. E na sequência fizemos uma nova eleição do vice-presidente. E também na sequência criamos a comissão para rever o regimento interno, muito preocupados com essa dinâmica dos conselheiros, do processo eleitoral. Essa

coisa toda. Então as medidas internas nós tomamos imediatamente. Também imediatamente nós convocamos uma reunião do colégio de entidades.

É importante que se saiba que o Condepe é composto pelos conselheiros e pelo colégio de entidades. O que compete a ele? Acompanhar as atribuições do trabalho do Condepe. Esse colégio de entidades é composto por entidades de defesa, promoção de direitos humanos, e tem no estatuto tudo registrado, tem mais de cinco anos de atuação no estado de São Paulo, e acompanha os trabalhos da comissão. Isso é importante de falar, porque talvez ajude a responder à questão do Coronel Camilo, de quem fiscaliza e acompanha o Condepe. O colégio de entidades também tem essa finalidade, não só de levar a pauta, mas também compor as comissões e acompanhar o trabalho do Condepe.

A primeira explicação a ser dada era para o colégio de entidades no Condepe, e no mesmo dia convocamos uma reunião com o colégio, que claro, na emergência a maior parte das entidades que puderam comparecer, compareceram. E aí elaboramos a nota junto com o colégio de entidades, e tomamos essas medidas imediatas, que era garantir que, apesar dele estar no Condepe, e termos sido vítimas, porque eu entendo que o Condepe foi vítima do crime organizado em seu interior. O crime organizado tem se expandido e criado suas raízes em todos os espaços, e um deles foi o Condepe. Isso nos preocupou bastante.

Então fizemos um pouco essa leitura interna do que estava acontecendo, olhando processo por processo, lendo encaminhamento por encaminhamento. E o relatório dessa comissão deve estar para sair por esses dias, e deverá ser aprovado no Condepe. Essas foram as medidas principais e emergenciais.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A senhora apurou para saber se essas ações trouxeram prejuízos, as ações do Luiz Carlos acabaram mexendo com imagem do Condepe, maculando um pouco essa imagem. A senhora acha que além do Condepe, se ele teve prejuízo, outras entidades do governo foram prejudicadas? Ou alguma autoridade específica pode ter sido prejudicada por conta desse acontecimento?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não, acho que tivemos um mal-estar muito grande quando deflagramos toda essa situação, não só para os conselheiros, como para o colégio de entidades e todo e qualquer militante de direitos humanos. “Poxa, o que aconteceu? Onde o crime organizado chegou? Como que vamos reestruturar?”. A partir disso fizemos algumas reuniões muito importantes nesse

processo de investigação. Fizemos a reunião com o secretário Márcio Elias, cuja pasta estamos vinculados. Fizemos essa primeira conversa com ele, que inclusive nos orientou em algumas situações.

Nós fizemos uma reunião com o subprocurador que estava acompanhando as investigações, e ele reafirmou, como também já falou na imprensa, de que nenhum outro membro do Condepe estava envolvido. Foi um ato isolado desse ex-conselheiro e dessa pessoa. Então fizemos reunião com o subprocurador. Um pouco mais tarde, para tratar de outras questões, mas acabamos voltando nisso, fizemos reunião com o Comando Geral da Polícia Militar, onde fomos tratar do plano estadual, mas lógico que esse assunto fica na pauta por um bom tempo.

Então em termos de relação institucional, não tivemos grandes prejuízos. Teve aquela coisa, “poxa, como que isso acontece?”. Mas as relações institucionais foram mantidas. Claro que a maior dificuldade é com o sistema prisional, porque foi de lá que deu origem a tudo isso. Então temos esse cuidado cada vez mais redobrado ao atuar no campo do sistema prisional.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte, só para não perder? Posso? Está na sua fala ainda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pode, minha fala é longa.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Existe nessas entidades que participam, seja do conselho, algum representante do sistema prisional, formalmente?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Do Estado nas comissões? Não. No colégio eleitoral são entidades da sociedade civil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nazaré, aqui falamos um pouco sobre a questão de analisar a vida pregressa da pessoa que vem indicada por entidades, etcetera. Ao longo da sua convivência, não foi tanto tempo assim, foi curto, na verdade, na diretoria executiva, você percebeu algum indício de irregularidade na conduta do Luiz Carlos, que pudesse suscitar alguma prática criminosa? Porque às vezes olhamos para uma pessoa e temos impressões sobre ela. E essas impressões são muito causadas pelo juízo de valor que nós temos. Eu cito um exemplo, de quando eu tinha 16 anos e entrei na

faculdade. Eu tinha uma pessoa que entrou na minha classe, olhei para ela e pensei, “que moça chata, vou ter que conviver com ela por cinco anos aqui”, e ela se tornou a melhor amiga que tive. Fui madrinha de casamento, etcetera.

Então aquele exemplo serviu para que eu nunca fizesse mais isso, para que eu primeiro pudesse conhecer bem as pessoas, para depois poder estabelecer algum juízo de valor. Eu acho que às vezes podemos nos surpreender com o ser humano, até de quem está do nosso lado, às vezes com o companheiro, um filho, pai, mãe, marido. Não é verdade? Imagina uma pessoa da qual convivemos uma vez por mês, porque não é uma convivência diária. E ainda que fosse, você pode se surpreender tanto positivamente, que foi o caso desse exemplo que citei, quanto negativamente, porque às vezes ela pode apresentar práticas com as quais nós não concordamos. Inclusive de delitos e práticas consideradas criminosas.

Você conseguiu perceber alguma coisa nesse rapaz, nesse Luiz Carlos no período em que ele ficou com você?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu já falei que conheci o Luiz no âmbito do Condepe, como conselheira relatora da comissão Pop Rua, participando dos plenários, e ele como conselheiro suplente que atuava ali também nas comissões. Depois ele veio para a mesa diretora num segundo mandato, e tivemos uma convivência muito curta nesse período. Mas anteriormente a isso o Luiz Carlos militava nos espaços de direitos humanos, participava aqui das Comissões da Assembleia, de outros espaços. Então ele era um militante, como tantos outros que víamos por aí, embora eu tivesse conhecido só no âmbito do conselho. Mas acabamos conhecendo um pouco a história e por onde a pessoa passa e se articula.

E eu pessoalmente não desconfiei e não vi nada que suspeitasse de alguma conduta irregular dele, no prazo que convivi. Eu preciso dizer que convivi mais de perto com ele no período em que ele foi o meu vice-presidente, que foi de agosto, quando assumiu, até novembro, quando foi preso. Então nesse prazo curto não percebi nada. Ele atuava na comissão, acompanhava as denúncias, averiguava, trazia para o conselho, fazia os relatórios. Então não tínhamos como desconfiar ali no âmbito da nossa convivência. Em nenhum momento desconfiamos. Até porque se tivéssemos desconfiado, por uma obrigação legal tinha que ter feito alguma coisa, criado uma comissão e investigado melhor os fatos. Mas não tivemos essa desconfiança dele,

porque o que ele trazia de denúncia que apurava, vinha para o pleno, que avaliava e fazia o acompanhamento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok. Após a prisão do Luiz Carlos, a senhora esteve na penitenciária que ele foi preso, em Presidente Venceslau. O que foi dito pelo Sr. Luiz Carlos?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Fui eu e o conselheiro Dimitri. Ele repetiu toda a confissão que fez para a polícia, de que tinha agido sozinho, de que estava à serviço, que recebia dinheiro, que tentou sair, mas depois não conseguiu. Tudo que está no inquérito ele repetiu para o conselheiro Dimitri e para mim. Ele não trouxe nenhuma novidade. Insistimos, “teve algum envolvimento? Você utilizou o nome do Condepe? Tem outro conselheiro que sabia?”, e ele negou todas essas informações, repetindo simplesmente o que tinha dito no inquérito e na investigação.

Nesse dia, até para esclarecer também, fizemos a oitiva do Luiz no período da manhã, e no dia seguinte acompanhamos a perícia no computador do Condepe. Acompanhamos o delegado na perícia, e no computador não foi encontrado nada que envolvesse o Condepe dentro do processo da investigação da Operação Ethos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Como as denúncias de violação de direitos humanos no sistema prisional chegavam até o Condepe, e como eram apuradas?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - As denúncias chegam ao Condepe de várias formas. São denúncias individuais, de grupos ou outras organizações. As denúncias chegam por e-mail, por telefone ou presencialmente. As denúncias do sistema prisional geralmente chegam pelo Condepe a partir da visita de seus familiares nas unidades prisionais, que retorna relatando que teve violação. Aí os fatos que vão sendo colocados, de uma abordagem mais violenta, do grupo de intervenção rápida. Então eles vão fazendo essas denúncias e o Condepe faz a visita, se entende que é necessário fazer. Essa visita é sempre institucional e agendada, e passa pelo secretário da pasta.

E o Condepe faz a escuta dos detentos, de quem está no sistema prisional. Faz a escuta do diretor do presídio, dos funcionários, e elabora o relatório. Esse relatório passa para o pleno. E nos relatórios são feitas as recomendações que o conselho sugere para a pasta, para o secretário do sistema prisional, e é feita uma devolutiva para a família.

Então as denúncias do sistema prisional geralmente chegam por familiares de presos, ou entidades, pastoral carcerária é uma que traz denúncias porque faz a visita. Então ela pode vir do individual ou outras organizações que têm atuação no sistema prisional.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Entendi. A relação entre o Condepe e órgãos do governo, autoridades, na sua opinião, foi abalada com a prisão do Luiz Carlos? Se caso afirmativo, o que foi feito para reparar os danos? O Condepe atuou, ou não precisou fazer nada, porque não houve esse abalo e influência nas relações?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Na verdade, não houve influência nas relações institucionais, porque à medida em que a investigação chegou e o Luiz confessou, que todo o processo foi feito, os próprios órgãos de Estado inicialmente já afirmavam, “não há ninguém mais envolvido nesse ato, foi isolado do ex-conselheiro Luiz Carlos”. O tempo todo as próprias autoridades reportavam para o Condepe, essa leitura. Porque nós entendemos que no processo de investigação, todos nós fomos investigados.

A investigação corria em sigilo, então para se chegar à conclusão de que nenhum outro membro do Condepe estava envolvido, supõe-se que cada um de nós fomos pessoalmente investigados nesse processo. Então não teve esse arranhamento ou estranhamento com os órgãos de Estado. Foi bem tranquilo, apesar da gravidade da coisa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E a relação do Condepe com entidades da sociedade civil? É a mesma pergunta que faço, só que com outra...

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - As entidades conhecem e reconhecem o Condepe. O Condepe tem uma trajetória histórica no estado de São Paulo, como referência para todos os outros estados. Eu tive a oportunidade de ir no Encontro Nacional de Direitos Humanos, onde encontramos com todos os conselhos de direitos humanos de todos os estados do país. E quando apresentamos a lei e a composição do Condepe, é referência para todo o país. Quando apresentamos que na composição do Condepe, ele tem uma base de colégio de entidades comprometidas e atuantes na defesa de direitos humanos, é uma referência para o país, e não para São Paulo.

Acho que se entendermos a grandeza do Conselho Estadual de São Paulo para o país, teríamos muito orgulho desse estado, porque é referência. Então não fomos abalados do ponto de vista de relação com a sociedade civil, porque ela é muito próxima do Condepe. A sociedade civil indefere, acompanha e contribui com o Condepe através de suas convicções e do trabalho. Não tivemos esse estranhamento também com a sociedade civil. O que nós tivemos foi muita preocupação com o que estava acontecendo. Num primeiro momento muita preocupação quando o computador do Condepe saiu do Condepe, porque ali nós supúnhamos que tinham dados importantes, e na perícia que acompanhamos, a Operação Ethos se deteve àquilo que interessava a eles, e não fizeram uso de outras informações.

Ficamos um tempo apreensivos com isso, com o desdobramento disso para a sociedade, que confiou. Acompanhamos esse processo de perícia e não foi abalado, não tivemos nenhuma notícia de qualquer abalo em relação a isso, não só com as entidades, quanto com as pessoas que procuraram o Condepe para formalizar suas denúncias. Estamos há um bom tempo monitorando isso, as denúncias que estavam no Condepe nesse período, e como ia desenvolver isso a partir da denúncia. Não tivemos nenhum arranhão nesse período.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sra. Nazaré, as medidas adotadas para escolha dos próximos conselheiros da sociedade civil, para que não corra o risco de ter criminosos oportunistas nos quadros do conselho eu não li ainda. É isso que a senhora distribuiu aqui, essa cópia do Diário Oficial? Aqui estão todas as ações que o conselho pretende desenvolver a partir de agora?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Isso, está aí.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Está explicado. A senhora quer fazer alguma observação?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu gostaria de fazer a observação que temos os documentos das entidades que indicam, aqueles documentos que já é comum, a ata de eleição da diretoria, o estatuto registrado, o currículo da pessoa que a entidade está indicando. Fizemos nesse processo do edital, dois momentos. Um momento formamos o colégio eleitoral, as entidades que vão votar no Condepe. Eles

têm um período bem amplo para apresentar documentação. Por que fizemos isso? Porque no dia da eleição muitas entidades acabaram não conseguiram votar, porque não estavam com a documentação completa. Então a partir disso estabelecemos a documentação.

As entidades vão apresentar antes a documentação e indicação de quem vai votar. Fechado esse momento do colégio eleitoral, abrimos o processo para indicação dos candidatos. Vamos organizar a eleição nesses dois momentos. Fechamos o colégio eleitoral e depois abrimos para os candidatos. Fazemos o mesmo processo que fizemos para as ouvidorias da defensoria, e da polícia. É apresentação do currículo da pessoa indicada, da atuação que ela tem, onde atua, quanto tempo está na defesa, e a questão das certidões civil e criminal, que acrescentamos no edital. Vamos fazer esses dois processos para conseguirmos analisar com calma a documentação da entidade. Um processo distinto do outro criando uma isonomia e tranquilidade no processo eleitoral. Essas são as principais modificações.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tenho as duas últimas questões. Qual ou quais problemas o Condepe enfrenta para promoção de seus objetivos? E a principal marca da sua gestão, que se encaminha para o término. Gostaria que a senhora respondesse essas duas questões.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Encaminha para o término dessa gestão bastante intensa, eu diria. Eu acho que do ponto de vista das dificuldades, acho que a questão mais difícil que temos enfrentado é estrutural. Eu acho que esse é o grande calcanhar de Aquiles nosso. Como que num estado como São Paulo, com tantos municípios, cada um com uma realidade diferente da outra, como o conselho estadual consegue atuar nesses espaços com a parca infraestrutura que tem?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite, só para não perder também? Desculpa interrompê-la. Você falou isso da outra vez, e acabei não interrompendo, e está falando novamente. O conselho tem uma série de órgãos que o ajuda, a mesma coisa que te falei e falei esses dias para o nosso ouvidor, Benedito Mariano. Ou seja, o conselho não precisa resolver tudo em todos os municípios. Ele tem braços para acionar as corregedorias, tanto é que o conselho é independente de governo e pode cobrar questões da Polícia Militar, da Corregedoria, da Polícia Civil.

Precisamos tomar cuidado para não criar uma estrutura. Eu não preciso atender o estado todo, e falo isso também para o nosso defensor. Não precisa ter defensoria em todos, mas que a Defensoria gerencie contratos com advogados do estado todo. E nesse caso do conselho, é naqueles pontos onde os órgãos normais - ouvidoria, corregedoria, e outros que possam acionar o conselho estejam presentes. Precisamos tomar cuidado para não criar um conselho, porque não precisa estar presente em todos os municípios. É só uma observação. Muito obrigado.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Sem dúvidas. Eu acho que você está coberto de razão. E uma das questões que está colocada para nós como desafio, é nos municípios instituir os Conselhos Municipais de Direitos Humanos. Nos municípios em que conseguimos, tanto fortalecer ou promover a criação, esse vínculo é direto com o conselho municipal, e fazemos essa ponte. Mas a maior parte dos municípios não tem esses mecanismos. Claro que temos o entendimento de que não dá para chegar em todos os lugares. Mas quando falamos de infraestrutura do Condepe, é uma infraestrutura básica e mínima. Não temos nenhum corpo técnico que colabore com as comissões.

Por exemplo, cada conselheiro, cada comissão funciona com o conselho ali. Não tem um suporte técnico, um aporte para ajudar a fazer os relatórios, análises de dados, pesquisa e diagnóstico. Uma das funções do conselho é fazer o diagnóstico de violação dos direitos humanos, e isso precisa de um corpo técnico que contribua para essa leitura e atribuições. Acho que é necessário urgente que o Condepe tenha uma infraestrutura básica para funcionamento, que comporte assessoria técnica para desenvolver e dar suporte à ação conselheira. Essa assessoria técnica não faz ação conselheira, é única e exclusivamente do conselho eleito, nomeado e empossado para essa finalidade.

Mas uma assessoria técnica daria conta de fazer uma leitura e um diagnóstico muito mais apropriado. Eu acho que parte das nossas dificuldades está aí, e concordo com o deputado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Eu queria fazer uma observação. Muitas vezes perdemos a noção do que é o estado de São Paulo, que tem regiões administrativas. Na hora que você, ao invés de buscar solução para um determinado município, poderia se eleger uma série de regiões administrativas, que cuidaria dos municípios sujeitos a essa regional. Fica muito mais fácil. Porque de repente o que ocorre é o seguinte, no seu entusiasmo, e quero parabenizar por isso quando você,

perante os demais estados, mostrou que ao contrário do que muitas vezes criticamos, São Paulo é líder em tudo.

Com todos os defeitos que possa ter, ainda estamos à frente dos demais estados do Brasil praticamente de 10x1. Então você mostrou que acima de tudo é paulista, porque chegou e disse “nós somos o melhor de todos”. É verdade. Mas dentro desse contexto, eu vibro quando alguém dá valor ao nosso estado. Agora minha sugestão, dentro da linha do Coronel Camilo é o seguinte, temos que aproveitar. Regiões administrativas não têm mais do que 15, temos que começar a fazer um trabalho em cima da região. Não há possibilidade de cobrir os 645 municípios, mesmo porque como você disse muito bem, são disformes.

Você não consegue colocar numa região administrativa um padrão de comportamento. Então fica a sugestão, dentro da linha do Coronel Camilo, de que consigamos explorar o que é região administrativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Com todo respeito ao nosso querido decano, deputado Vitor Sapienza, as regiões administrativas não dão conta nem do que elas precisam fazer das tarefas cotidianas delas. O DR não consegue tapar um buraco numa rodovia vicinal. Eu sei, mas não vou entrar nesse mérito deputado. Não, por favor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputados, estamos divagando do tema.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Não, mas eu queria dentro da linha. Olha, o que falta nessa Casa é um pouco de vibração. Parece que o pessoal está morto. Quando eu brigo com a Beth, já brigo há muitos anos com ela, é gostoso de fazer isso. Então dentro desse quadro, existem as chamadas audiências públicas por orçamentos. Eu fui mais ou menos durante 16 anos em todos. Era eu e a bancada do PT. Ninguém mais ia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu já te acompanhei em várias.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - É verdade. Então dentro desse contexto, estou propondo que se faça audiência pública regional. Porque se você for tabular, é tudo a mesma coisa. Beth, em todos os anos ninguém faz a pinguela da rua que eu moro. Isso não é coisa de orçamento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Isso é coisa de Conseg.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Então dentro desse contexto, na hora que está se avançando, tem que avançar no sentido de resolver. Nada de paliativo. E olha, fico contente de participar de uma reunião com a Beth, porque na hora que estou com ela é sempre desse jeito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado. Só para finalizar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para finalizar, sua marca. E agradecê-la pelas informações prestadas a essa CPI.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Então, eu gostaria só de retomar dizendo que temos um entendimento de que enquanto conselheiros, não vamos chegar em todos os municípios. No entanto, temos também que assumir a responsabilidade de um conselho estadual, que responde por um estado todo. E aí precisa criar estratégias e alternativas para chegar no estado. Em nosso regimento interno, é previsto que o Condepe tem como uma de suas atribuições, o fortalecimento e criação, o incentivo da criação dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos. Para que se faça o controle social do estado através dos órgãos de controle. E aí vamos fazendo essa relação.

Recentemente estivemos na audiência pública na cidade de Lins, onde estava para ser extinto o Conselho Municipal de Direitos Humanos. Com uma intervenção do Condepe, conseguimos manter esse conselho. Estava extinto por quê? Porque não cumpriram prazo para a próxima eleição, por questões que não eram de gravidade para se extinguir um Conselho Municipal de Direitos Humanos. Conseguimos reverter isso, porque está na nossa função e missão estimular a criação dos conselhos municipais, como forma de mantermos o controle social e políticas de direitos humanos em todo o estado.

Então como legado, o que deixamos? Primeiro gostaria de apresentar um pouco as comissões que temos no Condepe. Porque quando fala Condepe, as questões vêm muito forte para nós. “O Condepe é aquele que só atua na violência policial”, não é verdade. “O Condepe só atua no sistema prisional”, não é verdade. Como não é verdade, temos repetido isso sistematicamente, que defendemos, entre aspas, bandidos. Nós defendemos pessoas humanas, estando elas livremente andando na rua ou em privação de liberdade, porque a liberdade não retirou a humanidade de ninguém. E aí seguimos os tratados assinados pelo país e a constituição.

No Condepe temos a ampliação das comissões, que foi um legado que o ex-presidente que já veio depor aqui, Rildo Marques, trouxe, e ampliamos também nessa gestão. Temos uma comissão que trata de moradia e questões urbanas; não tem nada que fira mais os direitos humanos, do que o direito de não poder morar na cidade, o direito de conviver, estar na cidade. Então temos essa comissão. Temos a comissão de educação e direitos humanos, e logo após vou falar um pouco melhor dela, porque deixa um legado. Temos a comissão de direitos humanos e sistema prisional, abolição da tortura e mecanismo estadual.

Temos a comissão do trabalho decente, que na gestão passada era tratado como trabalho informal, e foi substituída pelo direito a um trabalho decente. Nessa comissão são discutidas algumas questões chaves para nós, como as reformas trabalhistas que vêm aí. A comissão de direitos humanos e pessoa em situação de rua, que é uma demanda muito cara para a cidade de São Paulo, mas também para alguns municípios onde já há crescimento e presença de população em situação de rua. Temos a comissão de direitos humanos e saúde mental, que é outra questão muito séria. Temos inúmeras denúncias em relação a atendimento, tratamento e cuidado com pessoas com problemas mentais.

A comissão de direitos humanos da criança e do adolescente, que também é muito cara para o Condepe. Essas são as comissões que atuamos. Fora isso, temos os grupos de trabalho e comissões que já falamos aqui, a do regimento interno e da auditoria. Eu gostaria de falar de dois principais legados que essa gestão vai deixar para o estado de São Paulo. O primeiro é a aprovação do Plano Estadual de Educação e Direitos Humanos, e aqui não dá para dizer da importância desse movimento e da metodologia que foi utilizada para construção do plano.

Nós realizamos 22 audiências no estado de São Paulo, apresentando a proposta inicial. Esse plano tem cinco eixos; educação básica, ensino superior, edocomunicação e

direitos humanos, educação popular e sistema de segurança e justiça. Nesse eixo do sistema de segurança tivemos a participação da Secretaria de Segurança, da Polícia Militar e da Polícia Civil, do Ministério Público e da Defensoria, pegando o eixo de segurança e de sistema de justiça. Nessas audiências esses órgãos participaram efetivamente, e de modo particular a Polícia Militar, que hora havia mais conflito, hora menos, e com muito respeito às instituições, conseguimos construir um processo de escuta mútua entre sociedade civil e órgãos de segurança e sistema de justiça.

Nesse sentido recebemos, dentro do Condepe, os currículos de formação das polícias e escola de magistrado. Aí começamos a partir disso, fazer uma análise e elaboramos o plano estadual. Inclusive uma das audiências aconteceu nessa Casa. Esse plano foi aprovado acatando algumas modificações que vieram das audiências públicas, e da Secretaria de Segurança, dentre aquelas propostas que foram possíveis de serem aceitas. Tinham propostas completamente ao contrário dos tratados assinados pelo país na defesa de direitos humanos e nos princípios de educação. Deixamos esse legado.

Estamos fazendo agora a revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos, nesse mesmo formato de audiências públicas ao longo do estado. Naturalmente estamos fazendo um novo calendário, e talvez não consigamos fazer 22 audiências. Mas estamos bem perto dessas audiências, levando o Programa de Direitos Humanos do Estado de São Paulo para consulta pública, para discussão nas comunidades e nos grupos. Acreditamos que fechamos a nossa gestão entregando uma proposta de revisão do programa. E uma grande atuação que também tivemos, até pelo contexto da capital, foi o relatório das ações na Cracolândia. Foi uma atuação muito interessante que realizamos com os conselhos de categoria profissional, com o Condepe, Ministério Público e Comuda, tentando entender um pouco a dinâmica desses grandes aglomerados de pessoas usuárias de droga. E a medida como a cidade de São Paulo e alguns municípios essa situação vem sendo tratada.

Esse relatório está pronto, e já foi inclusive publicado numa coletiva de imprensa. A partir desse relatório conseguimos construir, o Condepe assina isso, um Termo de Ajustamento de Conduta para a Prefeitura de São Paulo. Inclusive referente aos hospitais psiquiátricos. É um conselho que trabalha muito, e que vai deixar um legado muito importante para a cidade e o estado de São Paulo. Embora tenhamos o atendimento das denúncias individuais que são parâmetros para analisarmos a violação de direitos humanos, nós assumimos uma postura de construir políticas públicas de

direitos humanos. De interferir na política pública, de modo que a denúncia individual é subsídio.

O que percebemos no Condepe, coronel? Você recebe uma denúncia e vem mais dez. Aí você atende dez, vem mais 20. Se não tomarmos cuidado e fazermos uma leitura adequada dessas denúncias, ficamos quase que como um bombeiro apagando o fogo, e não contribui efetivamente para construção de uma política pública que garanta direitos. Claro que o atendimento das denúncias individuais é importante e deve acontecer. É por isso que optamos por fazer uma revisão do programa e do que está colocado para direitos humanos, de apresentar uma proposta do plano de educação, porque temos o entendimento de que é necessário mudar mentes em relação a essa temática.

Para sairmos do senso comum, é necessário que ultrapassemos essa medida e comecemos a entender mais profundamente, trazendo para a convivência nas escolas e espaços de educação e cultura, nos espaços de comunicação e sistemas de segurança e justiça, a concepção de direitos humanos trabalhada desde sua formação.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Nazaré, me permita só um ponto. Só mais uma observação. Aí faço minhas as palavras do nosso Dr. Rildo Marques, o conselho deve atuar naqueles casos onde os outros órgãos não agiram. Então essa questão de receber todas as denúncias e atender todo mundo, não necessariamente vai ser tudo resolvido pelo conselho. Pelo contrário, 90% não vai ser dele. O conselho tem que ir naquilo onde a corregedoria não resolveu, onde houve flagrância de violação, onde não tomaram providências. Então por favor, isso também tem que ficar escrito lá, senão vai virar uma corregedoria lá.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu gostaria só de contribuir.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Só um minutinho, o deputado tem uma missão.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - É que eu tenho outros compromissos importantes, mas se eu me retirar cai o quórum.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas eu já vou encerrar.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Então eu aguardo o encerramento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Só queria que a senhora encerrasse suas palavras, porque estamos com outras missões. Acho que já ficou bem esclarecida a sua situação como presidente. Acho que o que a dona Nazaré esclareceu aqui ficou bem tranquilo para todos os deputados, mas com a presença do Sr. Wanderson, não queria despedi-lo sem que ele se apresentasse. Seria deselegante da nossa parte. Então queria que a senhora encerrasse rapidamente, para que ouvíssemos o Sr. Wanderson rapidamente.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Isso nós temos muito claro, a ação do conselho não é isolada dos outros órgãos. Ela é articulada, e isso para nós está muito claro. Articulada com a ouvidoria da Defensoria Pública, com a ouvidoria de polícia, com as secretarias e órgãos de controle nos municípios. O fato é que optamos também por fazer essa leitura mais da política pública, e uma intervenção mais geral, porque achamos que é aí que vamos efetivar de verdade as mudanças. Inclusive quando chega a denúncia, ela vai para a mesa diretora, que olha e diz, “essa denúncia é do Condepe, vamos tocar. A outra não é do Condepe, vamos encaminhar para órgãos responsáveis”.

Então Coronel Camilo, esse filtro já fazemos pela mesa diretora, inclusive no fluxo que tratamos aqui. E assim eu me despeço, agradecendo a oportunidade de estar aqui e contribuir com a CPI.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente. Eu acho que ela está se preparando para ser candidata à deputada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não é difícil não.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não, não tenho essa vontade.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Foi dito para ela falar alguma coisa sobre a CPI? Ela fez uma defesa de como deve ser, e está de parabéns. Com toda a sinceridade, fiquei entendendo um monte de coisas que eu não entendia. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado. Agradeço a presença da Sra. Maria Nazaré Cupertino, que começou no Conseg de Lorena. Uma grata notícia. Antes de encerrar, só queria dar ciência aos Srs. Deputados que o Doutor Ulysses encaminhou um documento, devido a sua ausência, informando que ele está na Secretaria da Justiça, Defesa e Cidadania, tratando de assuntos referentes ao mandato.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Presidente, lembrando que estou aqui...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sem dúvida, quero agradecer a presença do deputado Roberto Tripoli. Ele justificou a falta, mas V. Exa. cobre. Então senhores, quero fazer ciência da presença do Sr. Wanderson Gasparotto, vice-presidente do Condepe. Gostaria que se apresentasse rapidamente, porque acho que as questões e quesitos que haviam já foram solucionados.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Queria tecer elogios à Nazaré.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Fez uma propaganda né?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dá para escrever um livro, porque as informações são ricas. Parabéns pelo trabalho que você está quase concluindo. Boa sorte na vida. E espero que quem te suceder possa dar continuidade a esse trabalho, obviamente com todas as observações que você está colocando, e que vocês pretendem mudar. É salutar que isso ocorra, porque a vida é assim, a sociedade evolui e muda a dinâmica, e evidentemente que isso se reflete no exercício de nossas tarefas, sejam elas quais forem. Mas queria deixar registrado meus cumprimentos a você. O Wanderson vai falar, mas não sei se sobrou algo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não sobrou nada, é só apresentação. Por favor, Wanderson.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Meu nome é Wanderson Gasparotto, e sou tesoureiro da Unisol, uma entidade de economia solidária. Estou vice-presidente do Condepe. Acho que a Nazaré respondeu bem todas as perguntas. Queria fazer alguns registros aqui de uma preocupação pessoal minha. Primeiro, deixar claro que a pena do Luiz foi aumentada porque já somos considerados e equiparados a servidores públicos. Essa preocupação está passada.

A principal preocupação que eu tenho é que o Condepe precisa sim evoluir e avançar, e acho que estamos fazendo isso. Por exemplo, a exigência de apresentações de certidões é anterior a essa CPI. Nós não esperamos a CPI para começar a alterar as coisas e melhorar o Condepe. Estamos fazendo isso desde o momento que houve problema. Eu acho que ficar exposto a esse tipo de coisa, infelizmente todos os militantes de direitos humanos se sentiram um pouco traídos. Foi um susto para nós. Para mim é inédito ver alguém do movimento de direitos humanos, do conjunto de defensores de direitos humanos envolvido nessa forma com o crime organizado. Nós temos a compreensão de que o crime organizado é o maior agressor dos direitos humanos no estado e no país.

Causou estranheza para nós, como causa estranheza quando existe corrupção na Casa Legislativa. Ninguém espera isso. As pessoas parecem que cobram de nós que deveríamos saber que o Luiz é um criminoso. A inocência é uma divisão...

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Não posso perder a oportunidade...

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Deixa eu só terminar, deputado? Tenho certeza que o senhor vai poder falar.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Você citou a Casa Legislativa. Aqui tem ouvidoria, corregedoria. Por isso estou sugerindo que seja criado um órgão desses.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Sim, nós discutimos dentro do Condepe, inclusive. Já houve a proposta, dentro dessas comissões, de existe uma ouvidoria do conselho. Nós fizemos essa discussão e achamos importante que exista

uma ouvidoria. Tem que mudar algumas coisas ainda. Eu acho que a eleição dos ouvidores tem que ser pelo colégio de entidades. Todas essas mudanças têm que acontecer. A minha preocupação é a forma que fazemos essas mudanças.

O Conselho Estadual de Direitos Humanos, junto com a Assembleia, deu alguns exemplos de coisas com transparência. Acho que um exemplo é a realização das conferências para o Plano Estadual de Direitos Humanos, e outra as 22 conferências em todo o estado de São Paulo, para discutir o plano. Então ressaltar nossa preocupação de que qualquer alteração que seja feita no Condepe, tem que passar pela discussão com a sociedade civil. Tem que passar por uma discussão de fórum e diretamente com a sociedade. Nós não podemos nos isolar e achar que esse ou aquele deve fazer as mudanças, mas deixar isso transparente. Porque é a transparência que vai garantir ao Condepe que ele continue mantendo sua autonomia e isenção.

E continuar fazendo o serviço que tem feito tão bem, na medida do possível. Quando a Nazaré fala das verbas, nós nunca requisitamos verbas para pagamento de honorário ou salário para conselheiro. Isso não. Nós achamos que o trabalho dos conselheiros tem que ser da forma que é, voluntária. Mas existe a necessidade de ter assessoria técnica, apoio. Às vezes falta transporte para irmos em alguma cidade fazer uma visita. Muitas vezes os conselheiros tiram dinheiro do bolso para poder executar suas funções. Isso não é o ideal. É nesse sentido que tem que aumentar e melhorar a estrutura do Condepe, para que possa atender melhor essas questões.

Tem uma coisa aí que é função do Condepe e acaba ficando de lado, a proposta de soluções e políticas públicas para resolver os problemas que existem. As denúncias individuais nós encaminhamos para os órgãos competentes. Quando chega denúncia por questão de violência policial nós encaminhamos para a ouvidoria e corregedoria. Agora, precisamos criar uma política para evitar isso. E esse debate fica fragilizado justamente por conta desse atropelo de tarefas que temos, e a falta de estrutura. Só isso, para ser rápido e não tomar mais tempo dos senhores.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputado Vitor.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Quero parabenizar meu amigo Coronel Camilo, porque o expositor foi infeliz quando quis dar um exemplo. Ele deu exemplo de

falcatrue citando a Assembleia Legislativa. Foi infeliz, porque me senti de certa forma ofendido. Podia falar de muitas outras coisas, V. Exa. foi infeliz. Gostaria que V. Exa. retirasse a objeção.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - A minha intenção não foi dizer dessa Casa, não. Desculpa...

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - A intenção não foi, mas foi dito isso aí.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Não foi essa minha intenção. Se foi isso que dei a entender, peço desculpas. Não foi diretamente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O que vemos hoje que é notícia todo dia é uma série de corrupção em todo o sistema, de todos os lugares. Foi a isso que me referi.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, presidente. Só para complementar também. A nossa ideia aqui é ajudar o Condepe a melhorar. Não encare de outra forma. Você falou que tem que ouvir a sociedade civil. As propostas que nós estamos fazendo, nós representamos a sociedade civil. Todos os deputados aqui representam o povo de São Paulo, então vamos fazer propostas para melhorias no Condepe. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Fale no microfone, por questão da taquigrafia.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - O registro é que seriam necessários mais debates com a sociedade civil organizada, audiências públicas para que a própria sociedade civil pudesse apresentar mais propostas. Acho que audiências públicas para discutir isso, não necessariamente uma CPI, mas uma audiência com mais deputados que possam participar, os outros movimentos - são mais de 200 entidades registradas no conselho hoje, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sem dúvida. Isso é feito Wanderson, porque é só o deputado apresentar essa questão e normalmente são feitas essas audiências públicas. Deputado Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Presidente, primeiro elogiar o trabalho dos conselheiros. E dizer que de fato nós passamos por um processo delicado no país, por causa de corrupção no Poder Legislativo, Executivo, e muito no Judiciário.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Esse último fica escondido.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Esse que me preocupa muito, porque o juiz é quem decide se vai preso ou não vai. Veja esse juiz que pediu a prisão do Rio de Janeiro, o Eike Batista. O juiz pegou o piano do Eike, colocou na casa do vizinho de cima, pegou a Porshe e saiu dirigindo. Quer dizer, é um juiz, como chega a esse ponto? E de fato a sociedade civil não está participando mais. Desculpa, eu venho da sociedade civil e pós ditadura militar, ela teve um grande trabalho a fazer. Em seguida vem diminuindo, e vou mais longe ainda, nosso antigo deputado. O parlamento se deteriorou de uma forma nos últimos anos, que Deus que me perdoe.

Eu tive meu primeiro mandato em 1988, ano que eu tinha meus companheiros Pedro da Lari, Aldo Rebelo, Marcos Mendonça, Arnaldo Madeira, Brasil Vita, Antônio Sampaio. Estou dizendo aqui, independente da sua posição política, existia o debate e a sociedade civil participava. No primeiro mandato fui vice-presidente do Eduardo Suplicy, que também abriu a Casa para a população. Então estamos vendo uma deterioração no movimento da sociedade civil que não tem participado, por causa de todos esses escândalos. E o pior, as pessoas de bem não querem disputar mandato eletivo. Então isso é o que mais me preocupa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós também somos do bem e estamos aqui.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas somos pouco, porque a maioria não quer disputar para não ser chamado de ladrão. As pessoas boas que temos coitado não querem disputar, porque virou uma coisa que generalizou. O rapaz mesmo falou em Poder Legislativo. Então precisamos valorizar mais o Poder Legislativo e ouvir mais a sociedade civil. Desculpa a forma italiana de colocar. Obrigado, senhor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, só para informação, queria saber quem que V. Exa. convidou ou convocou para vir na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, só queria constar que a dona Maria Nazaré está colocando alguns documentos aqui, e vamos anexar a nossa CPI. São fluxogramas de abertura, programa coletivo e também algumas deliberações do Condepe. Ata da última eleição também.

Estamos com um problema para a próxima reunião. Seria chamado o Dr. Márcio Elias Rosa, mas não vou te chamar, e vou explicar o porquê. Como sabem, estou saindo do PSDB e indo para o PP. Então possivelmente numa próxima reunião o PP está pleiteando uma vaga para que eu possa ficar, e teremos que fazer uma nova eleição da presidência e vice-presidência. Eu saindo do PSDB, perco a vaga do partido. Então se todos estiverem de acordo, na próxima quarta-feira, das 14 às 14 e 30...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então na próxima quarta não vamos ter ninguém para ouvir, porque vai ser uma reunião, não sei se ordinária ou extraordinária. Precisa ver o regimento.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - É ordinária, mas interna.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para decidir isso.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tudo bem? É presidência e vice-presidência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por mim tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se houver por bem outro deputado ser conduzido, ou a permanência deste deputado.

O SR. ROBERO TRIPOLI - PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pois não, deputado?

O SR. ROBERO TRIPOLI - PV - É regimento, mas não necessariamente. Porque se os próprios deputados da Comissão deliberarem que V. Exa. teria que continuar...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas o regimento determina que seja feita uma nova reunião.

O SR. ROBERO TRIPOLI - PV - O PSDB pode abrir mão da vaga.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas precisa ser pautado, deputado.

O SR. ROBERO TRIPOLI - PV - Eu não vou votar, também não quero ser candidato.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu consultei o regimento agora, e ele determina que seja feita uma nova eleição.

O SR. ROBERO TRIPOLI - PV - E a nova eleição pode reconduzi-lo à presidência? Desculpa, por favor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se assim for desejo dos deputados. Quero agradecer a presença da dona Maria Nazaré Cupertino e do Sr. Wanderson Gasparotto. Contém com essa Casa. Muito obrigado. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *